

INFORMATIVO DAS ÁGUAS



Nº 05 - MAIO 2024 - INFORMATIVO DO COMITÊ CHAPECÓ E IRANI | GRUPO URUGUAI

Comitê Chapecó e Irani divulga a Lista final de entidades habilitadas para as Assembleias Setoriais Públicas

No total, 47 entidades estão habilitadas para as ASPs. No segmento Órgãos do governo estadual e federal, 09 entidades pleitearão 08 vagas. Para o segmento Usuários de água, 16 vagas serão disputadas por 18 Entidades. Já para o segmento População da Bacia, 20 Entidades competirão nas 16 vagas existentes.

A Entidades habilitadas nesta fase, deverão participar da ASP, no dia 09/05/2024, com início às 14h00, nas dependências da UNOESC-Chapecó, situada na Av. Nereu Ramos, 3777D - Seminário, Chapecó - SC, 89813-000 (Salas: S 205, S 206 e S 207).

Com base na Resolução 19 do Conselho Estadual De Recursos Hídricos - CERH, e no Edital de convocação 04/2023, a Secretária Executiva do Comitê informa que, as Entidades aprovadas nesta fase de habilitação poderão se fazer representar na ASP por pessoa física portadora de "Procuração" assinada por seu representante legal, nos termos do estatuto ou da legislação que rege o seu funcionamento. Ainda, de modo a atender o disposto no Edital 04/2023, a Procuração deve ser enviada até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização das ASPs, para o e-mail asp.comitechapecoirani@gmail.com.

A publicação da Lista preliminar das entidades selecionadas por segmento na ASP do dia 09/05, será realizada no dia 10/05 e a lista final deverá ser publicada em 31/05/2024. Por fim, em 24/06, os membros representantes das organizações selecionadas nas ASPs tomarão posse

ASP Comitê Chapecó e Irani



09/05/2024
14h às 17h30



Local:
UNOESC Chapecó
Salas:
S 205, S 206 e S 207



durante a 2ª Assembleia Geral, a ocorrer no dia 24/06/2024. Desta forma finaliza-se o processo de seleção de Organizações membros do Comitê de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas do Rio Chapecó, Rio Irani e Bacias contíguas.

Entidades habilitadas ASP

O Comitê Chapecó e Irani divulgou no dia 03/05 a Lista Final com os nomes das entidades habilitadas para as Assembleias Setoriais Públicas (ASPs), e seus respectivos segmentos. A lista completa pode ser acessada, escaneando o Qr code da Figura ao lado





Comitês encaminharão moções de repúdio ao Projeto de Lei 2918/2021



Os Comitês de Bacias Hidrográficas de Santa Catarina encaminharão uma moção de repúdio contra a aprovação do Projeto de Lei 2918/2021, que retira recursos financeiros para o fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). O tema foi tratado durante a reunião do Fórum Catarinense de Comitês de Bacias Hidrográficas, que contou com a presença do Presidente do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, Maurício Marques Scaloni; do Gerente de Recursos Hídricos e Saneamento Básico e do Vinícius Tavares Constante, do coordenador técnico da Entidade vinculada a Universidade do Contestado (UNC), André Leão, e técnicos das demais Entidades Executivas que assessoram os Comitês Catarinenses.

A PL 2918/2021, prevê a extinção do percentual de 0,75% destinado à implementação da política nacional de recursos hídricos e do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos”, explica o Presidente do Comitê Chapecó e Irani, Cleonir Antônio Soares. Cada Comitê fará uma Moção que será encaminhada à Comissão do Meio Ambiente do Senado Federal. Os documentos serão encaminhados para as esferas nacionais, solicitando a não aprovação desta PL”, pontua. “As moções explicam o problema da perda deste percentual em valores e o enfraquecimento da gestão dos recursos hídricos, também solicita que os representantes políticos votem contra a aprovação”, acrescenta. O presidente do CBH Chapecó e Irani, assinala que a expectativa dos CBHs é de que, com a sensibilização das esferas políticas, o projeto de lei não seja aprovado.

“Os representantes dos CBHs Catarinense e Nacional esperam que sejam entendidas as justificativas e que o projeto

de lei não seja aprovado. Atualmente (e há muitos anos) temos problemas com falta de recursos financeiros para a gestão dos recursos hídricos e reduzir a receita federal aumenta as dificuldades no segmento”, sublinha. O documento publicado pelo Comitê Chapecó e Irani pode ser acessado no Qr code abaixo:



De acordo com a Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHIDRO), o Projeto de Lei 2918/2021, formulado a partir de pleito da Associação Nacional dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas e Alagados - AMUSUH junto ao Congresso Nacional, propõe, dentre outras alterações, a aglutinação do percentual de 0,75% ,destinado à implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH e ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Recursos Hídricos - SINGREH, ao percentual de 6,25% destinados aos Estados e Municípios, retirando a vinculação daquele percentual à Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos. Dessa forma, a parcela ora destinada à Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) deixa de existir, sendo redistribuída a somente 727 municípios atualmente beneficiados pela Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH). A distribuição praticada atualmente beneficia a totalidade dos municípios brasileiros (5.570), a partir da efetiva aplicação dos recursos, como receitas vinculadas, para a adequada implementação da PNRH e do um SINGREH. Esse pequeno percentual de 0,75% tem sido empregado em prioridades estabelecidas pelo SINGREH com o suporte financeiro aos Sistemas de Gerenciamento de Recursos Hídricos dos estados, bem como à implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos e das Políticas Estaduais de Recursos Hídricos do País.



Presidente do Comitê Chapecó e Irani palestrou em evento da ABES

Na sexta-feira (26/04), o presidente do Comitê Chapecó e Irani, Clenoir Antônio Soares, participou do evento: Webinar Gestão de Águas Transfronteiriças: desafios e soluções, promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES. O encontro faz parte de uma série de eventos das seções estaduais da ABES, que objetiva explorar temas atuais e de interesse do saneamento básico, como parte da ABES Conecta, trazendo conteúdo online e oportunidades de capacitação profissional.

Além do Presidente do Comitê Chapecó e Irani, outros cinco palestrantes com experiência na temática participaram do evento, dentre eles: Lupércio Ziroldo Antônio, Mário de Araujo Silva, Leonardo Costa, Luiz Henrique Magalhães Noquelli e Leonice de Souza Lotufo.

Durante sua apresentação, Clenoir destacou a importância dos rios transfronteiriços do estado, ou seja, os rios Iguazu, Uruguai e Mampituba, bem como a necessidade de dinamismo entre estados e países para a gestão das águas destes rios.

Dentre os desafios para a gestão de águas transfronteiriças, o grupo enfatizou a urgência de cooperação entre países e o envolvimento de governos estaduais para os avanços em programas e projetos para a gestão das águas superficiais e subterrâneas. A regulação conjunta também foi citada como fundamental, apoiada em instrumentos de monitoramento e gestão que permitem garantir a qualidade das águas e seus múltiplos usos.



Plano Nacional de Recursos Hídricos

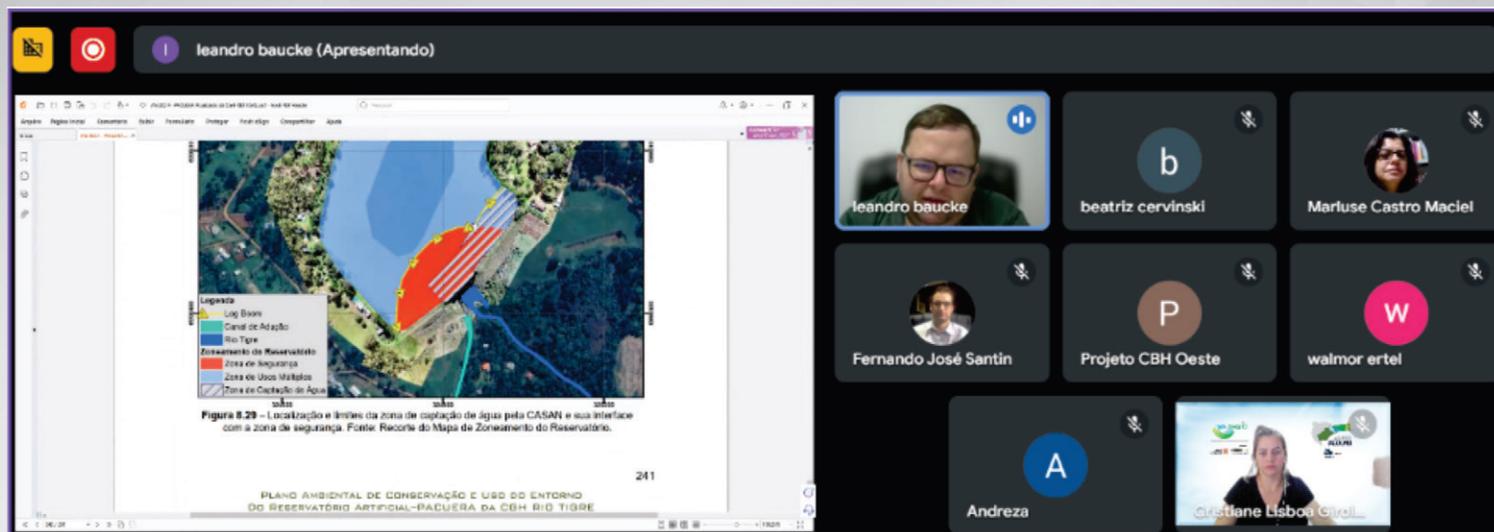
O Plano Nacional de Recursos Hídricos, instrumento estratégico para coordenar as ações de gestão dos recursos hídricos, em seu subprograma 4.5, aborda a gestão de recursos hídricos em regiões fronteiriças e transfronteiriças e apresenta alguns desafios nesta temática.

No contexto brasileiro, cerca de 60% do território está inserido em Bacias Hidrográficas que se estendem por territórios vizinhos, fazendo divisa com mais dez nações. De acordo com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, as Bacias Hidrográficas brasileiras, reúnem 83 rios transfronteiriços.

Dentre as ações estratégicas indicadas no Plano, destaca-se o apoio a organismos ou comissões responsáveis pela cooperação fronteiriça e transfronteiriça na implementação de sistemas de informação, de modo a fortalecer a integração entre países, A promoção de capacitação técnica e a troca de experiências entre os técnicos das instituições envolvidas com os recursos hídricos dos países fronteiriços, especialmente com foco na capacitação institucional também é considerado fator



REUNIÃO DA CTSH



Na sexta-feira, dia 05 de abril, membros da Câmara Técnica para Tratar de Assuntos Relacionados à Empreendimentos do Setor Hidrelétrico na Região Hidrográfica 02 de Santa Catarina (CTSH), estiveram reunidos por meio de videoconferência para o segundo encontro do ano.

O principal item de pauta foi a discussão sobre demanda específica de uma empresa de Assessoria Ambiental para discutir junto a CTSH o PACUERA - Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial, elaborado para uma Central Geradora Hidrelétrica (CGH) implantada em um município da Bacia Hidrográfica do Rio Chapecó.

O Coordenador da CTSH, Leandro Reinhold Baucke (representante da APESC), conduziu a reunião e a pedido dos membros da CTSH apresentou os principais tópicos do PACUERA, com intuito de esclarecer possíveis dúvidas, uma vez que todos já haviam recebido previamente o estudo.

A reunião teve duração de aproximadamente duas horas e ao final dos trabalhos, os membros da CTSH elaboraram Parecer Técnico nº 01/2024. Dentre as recomendações realizados neste documento, destaca-se a importância da CGH, estimular e apoiar ações de Educação Ambiental cunho individual e coletivo, junto ao município onde a CGH está instalada, incluindo a população situada na área de influência direta.

A CTSH também fez alguns apontamentos no estudo apresentado, segundo os membros presentes, o PACUERA delineou estratégias e medidas visando a proteção, conservação e utilização de forma sustentável da área ao redor do reservatório, atendendo todas as legislações vigentes.

Leandro encerrou a reunião agradecendo as contribuições dos membros da CTSH e ressaltou a importância desta Câmara Técnica, que vem cumprindo de forma significativa sua finalidade, ou seja, prestando apoio técnico-científico para o Comitê Chapecó e Irani.

PACUERA

O Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial é um documento elaborado com o objetivo de estabelecer diretrizes e ações para a preservação e gestão sustentável das áreas ao redor de um reservatório criado por uma represa ou barragem.

Tipicamente o PACUERA contempla a caracterização do ambiente, a qual descreve detalhadamente as características naturais, sociais e econômicas da região ao redor do reservatório, incluindo aspectos geográficos, climáticos, biológicos, demográficos e econômicos. Dentre outros componentes, tais como: Diagnóstico ambiental, Zoneamento, Objetivos e metas, Monitoramento e avaliação e Divulgação e participação social.